

Avaliações Provinciais de Matemática: potencialidades e fragilidades

▸ Geraldo Deixa *

▸ Emidio Diniz **

▸ Rosalino Chicote ***

▸ Joao Raimundo Finiasse ****

Resumo

Esta comunicação visa analisar as percepções dos professores a respeito das avaliações Provinciais de Matemática. Para tal, procuramos responder a seguinte inquietação: Que concepções os professores de Matemática têm sobre as avaliações provinciais? A pesquisa teve lugar na Província da Zambézia envolvendo doze professores e em igual número de escolas Secundárias. A colecta de dados foi feita a partir de uma entrevista por meio de um roteiro contendo perguntas abertas. Da análise dos depoimentos dos entrevistados concluímos que os professores compreendem que as Avaliações Provinciais visam essencialmente acompanhar o cumprimento dos programas de Ensino e familiarizar os alunos às avaliações externas. Os entrevistados observam ainda que há maior fragilidade na gestão destas provas. Considerando que as realidades e os contextos de ensino das zonas urbanas são diferentes das realidades das zonas rurais, os entrevistados sugerem que estas provas fossem geridas ao nível do distrito.

Palavras-chave: Avaliações provinciais. Fragilidade. Potencialidade. Programa do ensino.

* Doutor em Ensino de Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Curso de Mestrado em Educação/ Currículo, Coordenador do Centro de Estudos e Desenvolvimento Humano na Universidade Pedagógica. Professor de Didáticas da Matemática no Curso de Licenciatura em Ensino da Matemática na graduação e na Pós-graduação lecciona a disciplina de Avaliação Educacional. E-mail: gdeixa@gmail.com.

** Licenciado em Ensino da Matemática com Habilitações em Ensino de Informática, Universidade Pedagógica de Quelimane (UPQ). Professor na Escola Básica Agrária Frei Benito de Caro Boroma – Morrumbala, Zambézia. E-mail: emidiodiniz525@gmail.com.

*** Licenciado em Ensino de Matemática, Universidade Pedagógica de Quelimane. Docente afecto do Departamento de Ciências Naturais e Matemática da Universidade Pedagógica de Montepuez, Curso de Licenciatura em Ensino de Matemática. E-mail: rschicote1@gmail.com.

**** Mestrando em Contabilidade e Auditoria na Universidade Católica de Moçambique. Docente de Matemática e Estatística na Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Ciências Sociais e Políticas E-mail: joao.raimundo.feniasse1@gmail.com.

Considerações iniciais

A qualidade de ensino tem sido objecto de vários debates a nível nacional. Um relatório divulgado recentemente aponta a fraca assiduidade dos professores e alunos como causas que provocam o insucesso no aproveitamento escolar. O mesmo aponta outras razões de insucesso relacionadas como o fraco desempenho dos professores, a falta de motivação, incumprimentos de programas de ensino. O documento refere ainda que a inadequação das condições de aprendizagens, por exemplo, a falta de bibliotecas, ausência de laboratórios apetrechados, elevado número de alunos por sala e excesso de disciplinas contribuem igualmente para o fracasso escolar (NGUNGA, 2016).

A respeito do insucesso escolar, LOBO e NHÊZE (2008, p. 7) evidenciam que muitos alunos terminam o Ensino Primário sem reunir as competências básicas exigidas, por exemplo, os alunos terminam a 5ª classe sem dominar totalmente a leitura, a escrita e aritmética básica. Estes mesmos alunos chegam a frequentar o Ensino Secundário Geral ou Técnico Profissional ainda com as mesmas dificuldades.

Em 2012 o Ministério da Educação e Cultura (atualmente Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano) publicou um documento denominado Estratégia do Ensino Secundário Geral (2012 - 2016). Neste documento defende-se a necessidade de efetuar reforma no sistema de avaliação. A resposta concreta veio por meio da Instrução Ministerial Nº 1 de 5 de janeiro de 2012 (MINED, 2012) que introduz as Avaliações Provinciais (AP) para o fim do 1º e 2º trimestre. O objetivo principal desta modalidade de avaliação é incentivar os professores a desenvolver competências básicas de aprendizagem. Outro objetivo tem a ver com a melhoria do aproveitamento pedagógico e para os alunos das classes de exames visam familiarizá-los com as avaliações externas. Assim com a implementação das Avaliações Provinciais é assegurado o cumprimento dos programas de ensino entendido como o alcance das metas programadas.

Os resultados das Avaliações Provinciais podem servir de indicador para que os professores reflitam o modo como ensinam e suas implicações nas aprendizagens dos alunos. Os resultados das Avaliações Provinciais podem ajudar antever os resultados dos exames.

Nesta direcção, o NCTM (NORMAS PROFISSIONAIS, 1999, p. 2) assegura que as Normas Profissionais do Ensino de Matemática devem assentar em dois pressupostos: os

professores são os protagonistas na mudança dos processos pelos quais a matemática é ensinada e aprendida nas escolas; essas mudanças requerem que os professores tenham um apoio contínuo e recursos adequados. Será que esses pressupostos foram levados em conta no processo da reforma do sistema avaliativo?

Desde o momento da implementação das avaliações provinciais se passam quatro anos. Não encontramos nenhum trabalho publicado na área de Matemática que se preocupou em averiguar os produtos dessa forma de avaliação, por conseguinte levantamos o seguinte questionamento: Que concepções os professores de matemática têm sobre as avaliações provinciais? Desenvolvemos uma pesquisa para analisar as concepções dos professores a respeito das avaliações provinciais de Matemática e, examinar as contribuições destas nos processos de ensino e de aprendizagem da Matemática.

Alguns autores vêm refletindo em torno do conceito de Avaliação, seus objetivos, desenvolvimento histórico do conceito entre outros aspectos. Para Hadji (1994, p. 178) Avaliar é pronunciarmo-nos sobre algo, em relação a uma questão de um tipo particular. No entendimento do autor para pronunciarmo-nos sobre algo é necessário que observemos: o que há? O que deveria haver? Com base nas respostas intrínsecas do avaliador sucede mais uma pergunta: o que isso vale? Para Hadji a resposta deve ser qualitativa e não por meio de números.

Neste sentido, avaliação é “processo de recolha e interpretação de dados seguido de uma intervenção informada e ajustada. E tem de recorrer a múltiplas fontes de evidências e estabelecer inferências significativas com vista a regulação do ensino e da aprendizagem” (NORMAS PROFISSIONAIS..., 1999, p. 7). Neste sentido, entendemos que uma avaliação que não contribua para as aprendizagens dos alunos é inútil. Os resultados da avaliação interna devem ser divulgados e discutidos na turma, no grupo da disciplina. Os resultados das avaliações externas como é o caso das Avaliações Provinciais devem igualmente ser divulgados ao nível local e provincial. Esses resultados podem ser escalonados por escola e por distrito (Ranking).

De acordo com as Normas Profissionais para o Ensino de Matemática (1999) neste processo diferentes intervenientes devem ser chamados (professores e alunos). Não deve ser um processo imposto e misterioso, o processo deve ser construído e negociado,

incidindo sobre diferentes aspectos da aprendizagem: qual a matemática a saber e ser capaz de fazer? Quais componentes são ainda necessárias desenvolver e melhorar? Quais as razões subjacentes ao erro entendido como etapa inerente a aprendizagem? Quais critérios servirão de base para apreciação do estado de cada aluno?

O que foi descrito no parágrafo anterior trata-se da avaliação interpretativa. Ela busca compreender a realidade por meio da leitura da trajetória da produção escrita ou oral do aluno, orienta o professor a compreender o que deve fazer para melhorar as aprendizagens dos alunos.

As Normas Profissionais para o Ensino de Matemática (1999, p. 5) indicam quatro fases da avaliação, nomeadamente: planificar a avaliação, recolher os dados, interpretar a evidência e usar os resultados. Essas fases são interativas e caracterizadas pelas decisões e ações que nelas ocorrem.

Quadro 1 - Fases da avaliação

Fases da Avaliação	Caracterização
Planificar a avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Qual o propósito da avaliação? • Qual o quadro de referência (modelo) para definir a ocorrência das atividades, ou seja, se realmente as atividades estão se transcorrendo da maneira como foram previstas? • Quais os métodos para coleta, análise e interpretação dos dados? • Quais os critérios para examinar os desempenhos nas atividades, ou seja, que indicadores devem ser considerados durante a correção das provas e o que significam tais indicadores? • Quais as formas de sintetizar os resultados?
Coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Como a atividade ou tarefa são criadas ou selecionadas? • Como é que se definem as estratégias para envolver os alunos nas atividades? • Como são os métodos usados para obter e sustentar os dados relativos no desempenho da avaliação
Interpretação da evidência	<ul style="list-style-type: none"> • Como se determina a qualidade da evidência? • Como se conclui a compreensão dos desempenhos a partir da evidência? • Que critérios específicos são aplicados para apreciar os desempenhos? • Os critérios foram aplicados de forma adequada? • Como é que a apreciação vai ser traduzida em resultados?
	<ul style="list-style-type: none"> • Como é que os resultados vão ser transmitidos?

	<ul style="list-style-type: none">• Como se devem fazer interpretações a partir dos resultados?• Que medidas devem ser tomadas com base nessas interpretações?• Como se pode garantir que estes resultados vão ser incorporados em momentos subseqüentes de ensino e da avaliação?
--	--

Fonte: Os autores (2017) Adaptado de NORMAS PROFISSIONAIS... (1999, p. 5).

Para além da avaliação como interpretação também a Literatura nos apresenta a perspectiva da Avaliação como medida. Ela se baseia num juízo de valor, caracteriza-se por atribuição de notas em função da capacidade de o aluno reproduzir o que o professor ensinou. Nesta perspectiva, torna-se evidente que maior nota implica maior capacidade de memorização. Nestes termos, o avaliador, professor, é a base de referência, pois, o aluno deve memorizar as matérias ensinadas para posteriormente reproduzi-la quando for solicitado. Esta concepção esconde a subjetividade da avaliação (HADJI, 1994). Com este modelo de avaliação, não formamos sujeitos pensantes, mas sim sujeitos obedientes.

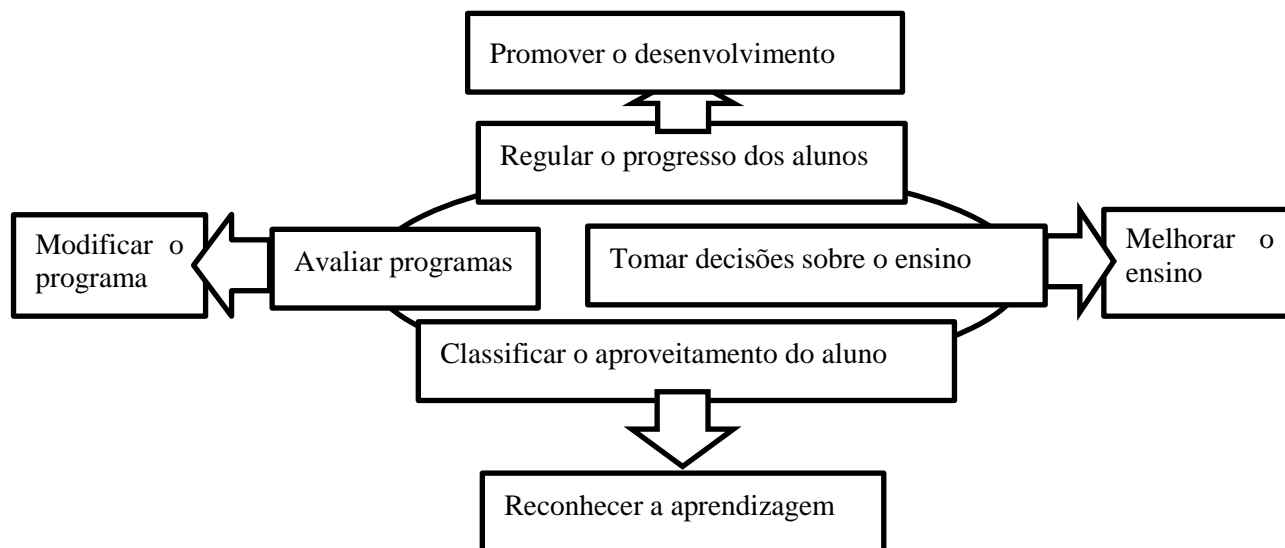
Dando continuidade, Abrantes (2001) faz menção à terceira concepção: Avaliação como distância. Esta concepção tem suas raízes na teoria Behaviorista e visa corrigir a subjectividade do avaliador quando encara a avaliação como medida. Permite que o avaliador tenha uma base de referência segundo a qual observa a distância entre o que há, o que o aluno fez e o que deveria ser feito, os objetivos predeterminados. Assim, o aluno toma uma classificação numérica resultante da distância desses dois pilares (objetivos previstos e os alcançados).

Hadji (1994) e Abrantes (2001) convergem na necessidade de olhar a avaliação como interpretação pois, possibilita o professor realizar uma leitura da turma por meio da produção escrita dos alunos. Deste modo, os resultados da avaliação servem para compreender o que foi assimilado e o que ainda deve ser feito para atingir o patamar desejado. Por isso, interpretar é a ação de esclarecer o que ainda deve ser melhorado e como deve ser melhorado, envolve comentários críticos sobre os processos da avaliação, valoriza a comunicação entre o professor e aluno.

Assim, por este ponto de vista, a avaliação é tomada como parte integrante dos processos de ensino e aprendizagem (ABRANTES, 2001). As Normas Profissionais para o

Ensino de Matemática (1999) também sustentam essa posição defendendo que a avaliação deve melhorar a aprendizagem dos alunos. Portanto, este documento considera que o professor é um avaliador por excelência. É ele que lida com o aluno e, por isso, melhor o conhece. A figura abaixo evidencia as finalidades de uma avaliação.

Figura 1 - As finalidades da avaliação



Fonte: Os autores (2017) Adaptado de NORMAS PROFISSIONAIS... (1999, p. 5).

Por ser excelência, o avaliador é um mediador que estabelece a ligação entre o instrumento de avaliação (testes, relatórios escritos, portfólios, entre outros) e o avaliado (aluno). Para Hadji (1994) um bom avaliador é aquele que interpreta os resultados da avaliação em função das constatações e reorientar as aprendizagens dos alunos bem como fornecer evidências para refletir sobre suas práticas de ensino.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa teve lugar na Província da Zambézia, abrangendo doze escolas secundárias dos distritos de Quelimane, Chinde, Morrumbala, Milange, Gurué, Ile, Gilé e Inhassunge. E participaram na entrevista doze (12) professores, sendo 4 da cidade de Quelimane, 1 de Morrumbala, 2 de Milange, 2 do Ile, 1 de Gilé e 2 de Gurué.

A escolha dos sujeitos da pesquisa foi feita em função da disponibilidade dos entrevistados. Os participantes residentes fora da cidade de Quelimane foram contatados inicialmente por telefone e depois da formalização os contatos passaram a serem feitas via

whatsApp. Todos os participantes foram informados dos objetivos da pesquisa e garantidos o anonimato.

A coleta de dados foi feita a partir de uma entrevista por meio de um roteiro contendo perguntas abertas e fechadas. O roteiro da entrevista preliminar foi elaborado por cada um dos autores e organizamos quatro sessões, de duas horas cada, para discussão. Depois desse processo de análise crítica, condensamos um roteiro de entrevista que foi a seguir validado. Lembrando que com este instrumento, nosso objetivo era captar a concepção dos professores de matemática sobre as avaliações provinciais; explorar as suas fragilidades e potencialidades e, arrolar sugestões para a melhoria do Processo da gestão das avaliações provinciais.

Para a recolha dos dados, as entrevistas dos participantes residentes fora da cidade foram realizadas por escrito e posteriormente enviadas aos pesquisadores via whatsApp. Para os participantes que residem na cidade de Quelimane, as entrevistas decorreram em locais previamente combinados e estas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritos para a análise. A duração média de cada entrevista foi de 40 minutos.

Os dados são apresentados de forma descritiva, foram incluídos alguns resumos das entrevistas * apresentados em itálico. Para a análise dos dados, primeiro verificamos os resultados de cada questão de forma individualizada (análise vertical). No segundo momento, cruzamos as respostas de todos entrevistados em todas as questões. Com este procedimento tínhamos como objetivo encontrar as similaridades e as disparidades visando a construção de conjecturas. Esta pesquisa assenta nos pressupostos da pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Apresentação dos dados e discussão dos Resultados

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, avaliação é um instrumento que visa qualificar e quantificar as competências dos intervenientes nos Processos de Ensino e Aprendizagem (professor e aluno). Entendem também que avaliação auxilia ao professor na escolha dos métodos adequados a realidade dos seus alunos. Os entrevistados concebem a avaliação como um instrumento que visa essencialmente classificar os alunos (obtenção de notas). Neste sentido, avaliação é vista como um produto.

O fragmento a seguir confirma esta posição: **avaliação é um instrumento do PEA, que se usa para verificar o grau de assimilação dos conteúdos, tendo em vista os objetivos a alcançar na sua explicação. Através deste instrumento, o professor tira conclusões sobre as competências de cada aluno permitindo assim uma nova organização no caso de se encontrar dificuldades no aluno. [...] Avaliar é verificar através de testes orais ou escritos até que ponto os conteúdos abordados foram consolidados. [...] Avaliação é um instrumento para medir o pulsar da compreensão dos conteúdos por parte dos alunos em um trimestre** (Entrevista: 8 set. 2016).

Na opinião dos entrevistados, as Avaliações Provinciais visam: uniformizar os conteúdos a nível provincial; incentivar o cumprimento do programa de ensino; controlar o grau de cumprimento do programa do ensino e familiarizar os alunos às avaliações externas- os exames finais:

As Avaliações Provinciais têm como objetivo de coordenar as atividades a nível central e provincial para verificar se os conteúdos previstos nos programas foram todos lecionados e como é que foram lecionados (Entrevista 8 set. 2016).

Outro entrevistado afirma que **as Avaliações Provinciais constituem uma forma encontrada pela entidade proponente para medir o nível de aprendizagem dos conteúdos nas diversas unidades temáticas preconizadas para um determinado período. Também, acredito que seja uma forma usada para controlar se na íntegra os docentes cumprem os programas de ensino vigentes** (Entrevista: 9 set. 2016).

Os entrevistados apontaram outros instrumentos de avaliação como sendo as avaliações de controle sistemático e as avaliações contínuas. Assim, outras formas de avaliação apontadas têm a ver com um trabalho de casa, trabalho em grupo, entrevista, controle de caderno, participação nas salas de aulas e pontualidade. Contudo, os mesmos entrevistados afirmaram que os alunos tendem a dar mais valor às Avaliações Provinciais e detrimento de outras formas de avaliação. Em consequência disso, verificamos uma grande afluência dos alunos nas salas de aulas nos dias de realização das Avaliações Provinciais.

As Avaliações Provinciais são elaboradas a partir de propostas que são enviadas pelos grupos de disciplinas das escolas à Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano (DPEDH). Os entrevistados asseguram que são solicitados apenas para a

elaboração das propostas a nível da escola. Porém, nunca foram solicitados para harmonizar as propostas a nível provincial. Argumentam ainda que os que são solicitados são professores da cidade de Quelimane que não estão bem familiarizados com as condições das outras escolas da Província.

Os entrevistados revelam ainda um sentimento de insatisfação ao saber que os alunos são avaliados por um instrumento que pode não corresponder aos conteúdos associados à sua proposta. Esta insatisfação surge na medida em que as escolas e os alunos possuem condições diferenciadas. Apesar disso, todos os professores devem caminhar ao mesmo ritmo. As escolas que estão nas sedes distritais ou nas cidades parecem possuir boas condições em relação às outras. As condições sociais e económicas variam de região para região o que implicam que o ritmo do ensino e da aprendizagem seja diferenciado. Os entrevistados referem igualmente que muitas vezes aparecem questões fora do conteúdo ensinado, testes que não reúnem requisitos para serem aplicados devido a inadequação da linguagem, a não observância dos critérios de elaboração de teste, isto é, as primeiras questões são as mais difíceis comparativamente às restantes.

De acordo com os entrevistados tem sido difícil cumprir com os conteúdos previstos no programa de ensino. Um dos indicadores deste não cumprimento é o fato de que durante a realização das Avaliações Provinciais algumas tarefas são anuladas pelos professores porque tais conteúdos não foram ensinados.

Apesar de vários inconvenientes, os conteúdos avaliados correspondem com os leccionados. Mas, há casos em que a linguagem usada para formular as questões não reflete com a realidade dos alunos. Justifico-me nos seguintes termos: Quem leciona é o professor x vivendo em um local A, mas quem avalia é um professor y vivendo em um local B. Aqui pode haver choques, porque os docentes vivem situações diferentes, dinâmicas diferentes, embora tenham a missão de lecionar os mesmos conteúdos (Entrevista: 11 set. 2016).

O cumprimento do programa é entendido como a lecionação de todos conteúdos * para aquele trimestre previsto. Neste sentido, o ensino e a aprendizagem são concebidos com duas ações que ocorrem simultaneamente. Todavia, sabemos que cada individuo tem o seu ritmo próprio de aprendizagem. Portanto, percebemos claramente que o

ambiente de aprendizagem é um dos indicadores que deve ser tomado em consideração (NGUNGA, 2016).

Os entrevistados observam que as notas das AP são genericamente baixas. E justificam que os alunos não assistem às aulas e só aparecem nos dias das APs. Além disso, as APs trazem linguagens não adequadas ao contexto do aluno, o que normalmente os induzem a erros. O resumo abaixo evidencia o sentimento de um entrevistado:

Eu estou na sala todos dias e conheço bem os meus alunos. Assim sendo, respeito muito o aluno que vem e participa nas aulas porque ele tem um histórico a seguir. [...] Em algumas situações é preocupante, pois há situações em que verifico que nem um aluno obteve resultado positivo (Entrevista, set. 2016).

Diante dos resultados das APs, os entrevistados tomam as seguintes atitudes (orientações):

- Sensibilizam os alunos para se preparar para as APs;
- Conversam com alguns Pais/Encarregados dos alunos que só vem no dia do teste;
- No dia da correção, discutem com os alunos o vocábulo utilizado nos testes de modo que os mesmos erros não voltem a se verificar;
- Buscam outras alternativas didáticas para o tratamento dos conteúdos programados;
- Preparam psicologicamente os alunos para lidar com as APs;
- Procuram cumprir o programa de ensino;
- Em caso de haver muitas negativas nas APs, procuram equilibrar as notas por meio de outras avaliações.

É importante sensibilizar os alunos de modo a organizarem grupos de estudos onde estarão sob supervisão do professor. Esses grupos poderão tornar os alunos mais independentes, colaborativos e promotores de suas aprendizagens. Não obstante, atestamos que tal preocupação emerge apenas nas vésperas dos exames, por conseguinte, os grupos não contam com o apoio dos professores.

A elevada taxa de negativas decorrentes das Avaliações Provinciais está vinculada a muitos fatores. Por exemplo, existem alunos que apenas participam nas avaliações sem ter assistido qualquer aula, inclusive de bibliotecas preparadas e laboratórios. Os entrevistados sugerem que os encarregados de Educação façam um acompanhamento

dos seus educandos. Este trabalho conjunto evidenciaria que alunos têm negativas porque não participam as aulas e que alunos embora participando nas aulas possuem recusas nas Avaliações Provinciais. O último grupo de alunos, porque estão interessados, deveria se beneficiar de outras formas de avaliações de modo a aferir o que o aluno sabe, não o que não sabe.

Os depoimentos abaixo provam as atitudes que alguns dos entrevistados tomam diante dos resultados das Avaliações Provinciais: **do princípio, para eu corrigir as APs reparo nos conteúdos por mim já lecionados. Caso exista um que não dei, não corrijo o mesmo porque sei que não partilhei isso na turma. Assim sendo, só distribuo a cotação deste número para todos que realizaram a AP pois, o aluno preparou no máximo daquilo que o professor deu** (Entrevista, 15 set. 2016).

[...] **Há vezes que me sinto satisfeito por notar que os meus alunos conseguiram tirar ou passar da nota mínima considerada positiva. Mas este sentimento não determina que a missão esteja cumprida, pois como bem disse ao responder uma das questões anteriores, nem sempre essas avaliações refletem as nossas propostas** (Entrevista, 12 set. 2016).

Avaliações Provinciais funcionam como um termômetro que possibilita o professor analisar até que ponto os alunos são capazes de resolver questões que não foram elaborados pelo próprio professor da escola.

Os entrevistados afirmaram ainda que as Avaliações Provinciais os pressionam a cumprirem com o programa de ensino. Isto se revela evidente quando não ocorre o salteamento de conteúdos, desvalorização de uns em detrimento de outros. Em linhas gerais, todos professores trabalham em função de metas estabelecidas para o período em referência.

Quando um professor não alcança essas metas acaba prejudicando seus alunos no processo de avaliação externa. Conseqüentemente, não só se evidencia a dinâmica do professor em relação ao cumprimento do programa, como também permitem-no efetuar uma autoavaliação do seu trabalho na sala de aula.

Outro aspecto que importa salientar é a necessidade de uma preparação psicológica dos alunos das classes de exames para a realização do mesmo. O ambiente é similar às avaliações provinciais e os alunos, aos poucos, se familiarizam com a ideia de serem

avaliados por um órgão externo, isto é, diferente do seu professor. Em linhas gerais, o resumo abaixo atesta as posições anteriores: [...] A natureza da organização e controlo do processo prepara psicologicamente aos alunos a enfrentarem o exame; cria um denominador comum a nível dos processos de ensino em todos centros educacionais. Isto é, fazem com que os docentes procurem no máximo possível lecionar suas aulas tendo em conta que estes conteúdos poderão fazer parte das Avaliações Provinciais (Entrevista, 10 set. 2016).

Em suma, os entrevistados apresentaram as seguintes vantagens das avaliações provinciais:

- Garante o cumprimento do programa do ensino, ou seja, os professores são levados a redobrar os esforços em leccionar todos os conteúdos previstos para um trimestre lectivo;
- Economiza o tempo, uma vez que uma prova que poderia ser realizada em 5 turmas em horários diferentes ocorre ao mesmo tempo;
- A natureza da organização e controle do processo prepara psicologicamente os alunos a enfrentarem o exame final;
- Cria um denominador comum a nível dos processos de ensino em todas as escolas;
- Permite uma autoavaliação do professor de acordo com os resultados obtidos.

O processo que vai desde a elaboração, implementação e correção das Avaliações Provinciais é marcado por problemas estruturais que comprometem a integridade do sistema. É um teste proposto por um grupo de professores de contextos diferentes e é aplicado a alunos que estudam em outras realidades. Além disso, é um processo que acarreta custos elevados, pressiona o professor a cumprir com o programa de ensino, deste ponto de vista, se pressupõe que os processos de ensino e aprendizagem são lineares. Evidentemente, os professores cumprem os objetivos dos conteúdos de forma superficial, o que naturalmente tem resultado num baixo aproveitamento pedagógico.

As avaliações provinciais acarretam custos, são enviados supervisores Provinciais e Distritais em todos os finais dos primeiros dois trimestres, custos na sua reprodução etc., e depois o professor regente da disciplina corrige sozinho, faz a correção e entrega aos seus alunos sem supervisão quer da parte da escola, quer da parte dos serviços

Distritais muito menos da parte provincial [...]. Um professor pode corrigir a seu favor porque quer aumentar a sua percentagem, pode não corrigir e nem entregar os testes aos seus alunos porque ninguém lhe irá perguntar, então porque gastar dinheiro por uma avaliação igual a que o professor tem dado sem custos? [...] Criar mecanismos para que os resultados sejam conhecidos por todos e também sancionar e elogiar o professor de acordo com os resultados obtidos (Entrevista, 10 set. 2016).

Outro aspecto que marca negativamente este modo de avaliação externa é a fuga de informações. A respeito disso, os entrevistados asseguram que, por várias vezes, encontram alunos com guia de correção da avaliação dentro da sala onde decorre a prova.

Em suma, os entrevistados mencionaram as seguintes desvantagens desse tipo de avaliação:

- Fuga de informações durante o processo;
- Visa o professor e o programa (aperta o professor e o programa). Esta tendência permite que os objetivos dos conteúdos sejam cumpridos de forma superficial. Os professores são obrigados a caminhar ao mesmo ritmo mesmo em condições diferenciadas do trabalho;
- Acarreta custos elevados;
- Falta de colaboração entre as equipas da DPEDH e os professores;
- Não há clareza sobre os critérios de selecção das questões para as Avaliações Provinciais;
- Fraca capacidade de vigilância das Avaliações Provinciais pelos professores;
- As Avaliações Provinciais são atribuídas um peso maior que outras avaliações locais, por isso, há alunos que vão à escola só para as Avaliações Provinciais;
- Ausência de divulgação dos resultados gerais das Avaliações provinciais e o respectivo escalonamento por escola (ranking).

Em um outro desenvolvimento, um entrevistado refere que os testes de escolha múltipla para o 2º ciclo do Ensino Secundário Geral, não permitem que o professor consiga perceber as reais dificuldades ou os deslizos que os alunos cometem para não acertar as questões propostas. Esta percepção é um indicador claro de que há ausência de uma preparação dos professores sobre os critérios da elaboração de provas deste tipo. Num teste dessa natureza, o gabarito e os distratores são elaborados com base num

raciocínio lógico que possibilita a compreensão das causas que pode induzir ao aluno a escolha de uma determinada opção.

Relativamente ao guia de correção de Avaliações Provinciais, os entrevistados afirmaram que antes da correção da prova, o grupo da disciplina elabora o seu próprio guia de correção uma vez que, o gabarito só tem aparecido um dia depois da realização da AP. Esse procedimento permite antever as possíveis falhas de correção recebido da DPEDH.

[...] Temos feito a verificação em grupos de disciplinas que dão num certo período porque reunir todos docentes tem sido difícil. Por exemplo, na disciplina de matemática, sentam os docentes de certa classe que dão no mesmo período se é de manhã, tarde ou noite, sentam e analisam o guia. Caso haja irregularidades, estes docentes elaboram um novo gabarito com a cotação do * anterior (Entrevista, 14 set. 2016).

Para o meu caso primeiro resolvo a prova primeiro e depois comparo com o gabarito do próprio professor. A direcção da escola entrega as avaliações e o gabarito de correção ao professor, cabe a ele fazer o que lhe vier na cabeça, mas nas classes do 1º ciclo há necessidade de o professor verificar o gabarito para lhe facilitar na correção ao passo que para o 2º ciclo uma vez que as questões são fechadas e com respostas de múltiplas escolhas o professor pode ter preguiça em resolver a avaliação e comparar as suas respostas com as do gabarito, acabando apenas em seguir o ** mesmo sabendo que em algum momento pode prejudicar ou favorecer o aluno (Entrevista, 9 set. 2016).

De acordo com os entrevistados, os resultados gerais das Avaliações Provinciais não são tornados públicos. Os mesmos duvidam se a direcção da escola é informada em suas reuniões com a Direcção Provincial da Educação e Desenvolvimento Humano. Contudo, algumas escolas realizam reuniões de balanço do aproveitamento pedagógico trimestral, não obstante, existe um mapa estatístico que os docentes devem preencher logo depois de correção das Avaliações Provinciais para fornecer a direcção pedagógica e esta por sua vez envia para a província. Normalmente, espera-se um retorno dos resultados gerais, isto é, a posição de cada escola face aos resultados das Avaliações Provinciais

Para melhorar o processo das Avaliações Provinciais, os entrevistados sugerem que:

- Haja uma escolha criteriosa dos professores para harmonizar as propostas

- Troca de propostas das Avaliações Provinciais entre províncias;
- As comissões de elaboração das Avaliações Provinciais sejam imparciais na produção dos testes, para enquadrar sempre todas as unidades de cada trimestre,
- Seleccionem questões claras;
- Que as avaliações fossem de nível distrital, e apenas a direção provincial supervisionasse o processo;
- Publicar os resultados para o conhecimento de todos dentro da província, procurando deste modo conhecer quem melhor trabalha e quem melhor aprende, porque só assim, o professor irá levar a sério o processo das Avaliações Provinciais e vai também criar condições dentro de si mesmo para leccionar com sucesso todos os conteúdos do trimestre;
- Que se crie condições para a discussão dos resultados, sugestões e críticas das Avaliações Provinciais por meio da criação de grupos de interação que pode ser em redes sociais o caso de página de Facebook e WhatsApp em que os membros possam discutirem os resultados das avaliações e compartilham as suas inquietações e experiências de ensino.
- Deve-se criar comissão para a elaboração das Avaliações Provinciais, que possam avaliar as propostas fornecidas de forma rigorosa e olhando para os programas de ensino e aos objectivos do ensino do nosso País. Devem criar mecanismos de controle como nos exames;
- A nível da escola, deve se planejar datas para a discussão dos resultados de cada professor sobre as Avaliações Provinciais.

Considerações finais

As avaliações provinciais contribuem para uma apreciação do grau de cumprimento do programa do ensino e ajuda aos alunos a familiarizarem-se com as avaliações externas- os exames finais. Porém, em algumas escolas, o elevado número de alunos por sala durante a realização das APs continuam a dificultar o processo. Nestas condições, há maior probabilidade dos alunos se copiarem durante a prova, o que naturalmente pode provocar dependências, e conseqüentemente um aproveitamento pedagógico fictício.

As escolas estão localizadas em locais distintos e com condições de aprendizagens também diferenciadas, o que naturalmente dificulta que todos os professores caminhem ao mesmo ritmo. Como é possível que todos os professores cumpram com o mesmo programa em tempo útil em situações diferenciadas de aprendizagem? Deste modo, caminhamos para um dilema: um professor pode trabalhar para cumprir o programa de ensino, todavia, o cumprimento deste não nos garante que realmente os alunos aprenderam os conteúdos ministrados. O que seria neste caso o cumprimento do programa de ensino? Consideramos que o principal objetivo do ensino é a aprendizagem, no entanto, ensinar e aprender não são duas palavras sinônimas, o que pressupõe que onde há ensino nem sempre há aprendizagem, de outra forma, cada aluno aprende em seu ritmo normal.

Os resultados dos exames finais de 2015 evidenciaram que o efeito das avaliações provinciais parece estar longe de se fazer sentir, daí a necessidade de refletirmos sobre a relevância desta modalidade de avaliação no Ensino Secundário Geral Moçambicano.

Sugerimos que os resultados das avaliações provinciais sejam divulgados em todos os trimestres ao nível local e Provincial. Recomendamos igualmente que se criem plataformas como Facebook, WhatsApp e outros meios, para a divulgação e discussões dos resultados destas avaliações.

Referências

- ABRANTES, P. *Avaliação das aprendizagens: das concepções as praticas*. Lisboa: Departamento da Educação Básica, 2001.
- BOGDAN, C. R.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Tradução de M. J. Alvarez, S. B. Santos; T. M. Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
- HADJI, C. *Avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos*. Porto: Porto Editora LDA, 1994.
- MINED. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (República de Moçambique). Instrução Ministerial nº 1 de 5 de janeiro de 2012. Atinente a Realização de avaliações finais do 1º e 2º trimestre. *Boletim da República*. Maputo, 2012.
- NORMAS PROFISSIONAIS para o Ensino da Matemática. Portugal: Associação de Professores de Matemática, 1999. (Tradução portuguesa dos Professional Standards for Teaching Mathematics).
- NGUNGA, Armindo. Entrevista. *Jornal Notícia* nº 29665. Maputo, mar. 2016.
- LOBO, M. F.; NHÊZE, I. C. *Qualidade de ensino no ensino primário*. [S.l.]: Maputo, 2008.

Recebido em: 19/06/2017

Aceito para publicação em: 29/11/2017

Provincial Mathematics Evaluations: potentialities and weaknesses

Abstract

This communication aims to analyze the teacher's perceptions of the provincial Mathematics evaluations. To this end, the authors sought to answer the following concern: What conceptions do the Mathematics teachers have about the provincial evaluations? The research took place in the Province of Zambezia involving 12 teachers and the same number of secondary schools. The data was collected by means of interviews with scripts containing open-ended questions. The analysis of the interviews lead to the conclusion that the teachers comprehend that the provincial evaluations seek to essentially monitor the compliance of the teaching programs and familiarize students with external evaluations. The ones interviewed also observed that there is a greater weakness in the management of these exams. Considering that the teaching realities and contexts of the urban areas are different from the rural regions, the ones interviewed suggest that the exams be managed at district level.

Keywords: Provincial evaluations. Weakness. Potentiality. Teaching program.

Evaluaciones Provinciales de Matemáticas: potencialidades y fragilidades

Resumen

Este estudio analiza las percepciones de los profesores sobre las evaluaciones provinciales de Matemáticas. Para tal, se busca responder la siguiente interrogación: ¿Qué concepciones tienen los profesores de Matemáticas sobre las evaluaciones provinciales? La investigación se realizó en la Provincia de Zambézia con doce profesores y doce escuelas Secundarias. La recolección de datos se hizo a partir de una entrevista por medio de cuestionario con preguntas abiertas. Del análisis de las declaraciones de los encuestados se concluye que los profesores consideran que las Evaluaciones Provinciales tienen por objeto, básicamente, acompañar el cumplimiento de los Programas de Enseñanza y familiarizar a los alumnos con las evaluaciones externas. Los encuestados observan también que existe mayor fragilidad en la gestión de estas pruebas, debido a

que las realidades y los contextos de enseñanza de las regiones urbanas son diferentes de las realidades de las regiones rurales. Los encuestados sugieren que estas pruebas se hagan a nivel regional.

Palabras clave: Evaluaciones provinciales. Fragilidad. Potencialidad. Programa de enseñanza.